

O acordo que o Brasil espera formalizar com os bancos credores dará ao País mais um ano para respirar. "Não há nada acertado ainda", disse cautelosamente Fernão Bracher, presidente do Banco Central do Brasil, ao sair no início da noite de sábado do edifício do Citicorp Center, onde estivera reunido desde o meio-dia com o comitê de 14 bancos que assessoram o Brasil nas negociações de sua gigantesca dívida externa. Ambos os lados estavam devidamente munidos de advogados e técnicos, como o diretor para Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas.

O que resultou — de quase duas semanas de consultas com banqueiros e três dias de reuniões intensas e árduas com o comitê liderado pelo duro e irreverente Bill Rhodes, do Citibank — foi um entendimento em princípio, que imediatamente passou a ser submetido, via telex, a cerca de 700 ansiosos bancos credores do País em todo o mundo.

Enquanto sua aprovação não vem e até que se prepare o term sheet do acordo, ficam prorrogados por mais dois meses, até 15 de março, os contratos expirados no dia 17 de janeiro último, que garantiam o reescalonamento das amortizações passadas e as linhas de curto prazo para o País.

Os ingredientes

Os principais ingredientes do entendimento em princípio, que será obviamente objeto de novos contratos, são conhecidos:

1º) Reescalonamento por sete anos (com cinco de carência) das amortizações do principal da dívida de médio e longo prazo de 1985, correspondentes a US\$ 8 bilhões.

2º) Depósito no Banco Central dos pagamentos em cruzeiro, feitos pelos clientes finais no Brasil das amortizações da dívida (principal) a vencer este ano (1986), correspondente a US\$ 12,8 bilhões. Segundo Seixas, os bancos estrangeiros não poderão reempréstimo esse dinheiro a seus clientes no País. Os recursos ficarão bloqueados.

3º) Manutenção até março do

ano que vem (1987) das linhas de curto prazo — créditos comerciais e depósitos interbancários — no valor aproximado de US\$ 15 bilhões. São essas as linhas que sustentam o comércio do País e as atividades das agências de bancos brasileiros no Exterior.

A prorrogação dos velhos contratos por mais de dois meses foi o único resultado concreto da última rodada de negociações com os credores. O resto é preliminar e depende do referendo de centenas de bancos.

Otimismo

Seixas disse ontem a este jornal, pouco antes de embarcar para o Brasil, estar otimista quanto à aprovação final do "pacote". Admite, contudo, que os contratos só estejam totalmente prontos e assinados em meados de junho. Mas isso não importaria, desde que, até 15 de março próximo — prazo da nova prorrogação dos velhos contratos —, estivesse pronto o term sheet do comitê assessor dos bancos. O term sheet começa agora a ser minuciosamente negociado. Até lá, disse Seixas, o "pacote" deve estar desenhado e é o que prevalece.

Evidentemente, se o term sheet — que fixa as condições — não estiver pronto até 15 de março, os velhos contratos terão de ser prorrogados outra vez. "Mas isso não deve acontecer", observou o diretor do Banco Central.

Seixas estará de volta a Nova York na próxima semana, com instruções do governo para detalhar o contrato. Essas instruções são extremamente importantes porque nem todos os problemas são simplesmente jurídicos ainda. O comitê dos 14, por exemplo, recomendou aos credores reduzir os spreads (taxas de risco) cobrados sobre a dívida a médio e longo prazo. Mas deixou em aberto o nível de redução, a ser determinado pelo tom da cá, dá lá das partes. Um funcionário do governo classificou os níveis atuais de "vergonhosamente altos". Veremos o que dizem os bancos menores, para os quais ampliar prazos é mais fácil do que reduzir margens de lucro.

Alerta

Evidentemente, há aspectos

Dívida: agora é esperar o "sim" de 700 credores.

A prorrogação de velhos contratos foi só o que os negociadores brasileiros conseguiram de concreto. Para o reescalonamento da dívida precisa-se de acordo com todos os credores.



positivos no entendimento preliminar com o comitê. Mas há também finais preocupantes que devem servir de alerta ao governo. Bracher não pôde sequer propor ao comitê um reescalonamento plurianual das amortizações, que estava, sim, nos planos do governo. Só conseguiu reescalonar a longo prazo as de 1985. Não encontrou clima também para obter novos empréstimos — que há poucos meses o ministro Funaro parecia julgar indispensáveis, Plano Baker ou não (lembra-se de Seul?).

Além disso, os débitos de 1986 estarão vencidos no final do ano e somam quase US\$ 13 bilhões.

Mesmo assim, o acordo saiu a duras penas. Bracher revelou, no sábado à noite, que o ministro da Fazenda do Brasil fora obrigado a entrar no circuito durante as negociações finais para garantir a Jacques de Larosière, diretor-gerente do FMI, e ao chairman da Reserva Federal, Paul Volcker, que o País desejava de fato cooperar com o Fundo Monetário. "A intenção do governo é procurar os caminhos mais adequados de cooperação com o Fundo", disse Bracher, recusando explicar o que isso significava. Evidentemente, presume-se que não bastaria entregar ao FMI programas inconsistentes e insustentáveis que não possam ser "avaliados".

Algum acordo

Em altos meios financeiros, aventava-se a hipótese de o governo vir a aceitar um tipo modificado de enhanced surveillance ou monitoramento. Bracher é apontado agora como o principal defensor nos círculos governamentais de algum tipo de acordo com o FMI.

Segundo diversas fontes, outra barreira a um entendimento mais rápido foi a questão dos bancos que se sentem prejudicados pela liquidação extrajudicial do Comind, Auxiliar e Maisonnave. Seixas disse ontem que os membros do comitê não pleitearam nada em especial do governo nessa área. Contudo, Bracher, no sábado, admitiu ter o comitê pedido que o governo dê uma solução satisfatória ao problema dos débitos decorrentes de operações 63 das instituições liquidadas.

O que aconteceu, segundo Seixas, é que os bancos credores demoraram para começar a receber os pagamentos prometidos pelo governo.

A primeira parcela (25%) começou a ser paga há uma semana apenas, disse o diretor do BC. O atraso se deveu à preparação de documentos jurídicos apropriados. Só no dia 10 de janeiro o governo enviou telex aos bancos credores, pedindo que fornecessem dados para conciliação dos saldos. Houve também complicações técnicas em torno da forma de ressarcimento. Explicações foram pedidas e dadas e, aparentemente, o problema se encaminharia para uma solução.

50% de segurança

Seixas disse estar assegurado o pagamento de pelo menos 50% dos débitos e que, dependendo da massa falida dos liquidados, pode ultrapassar essa proporção. No caso do Auxiliar, disse Seixas, "é notório que Bonfiglioli está tentando vender a Cica e isso aumentará sua capacidade de pagar os bancos".

Durante as negociações do pacote, houve sérios rumores sobre a instabilidade creditícia de agências de outros bancos brasileiros no Exterior.

De fato, na última semana, às vésperas dos vencimentos dos contratos no dia 17, bancos estrangeiros pediram a liquidação dos débitos de muitas dessas agências, em parte, talvez, como forma de exercer pressão sobre o governo. "Mas isso não significa que não voltem", afirmou uma fonte financeira.

Só ficaram incólumes o Banco do Brasil, o Banespa e dois grandes bancos privados brasileiros. Houve sobressalto, mas as retiradas não chegaram a ser muito volumosas, segundo fonte do governo, e "ninguém bateu às portas do Banco Central pedindo socorro".

O Banco Central do Brasil está agora tentando avaliar a extensão do choque e só dentro de uma semana os números serão conhecidos.

**A.M. Pimenta Neves,
de Washington**